



ACÓRDÃO Nº1635/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11758/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Educação Boca do Acre
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Alcimar Carvalho de Souza (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 138/2023-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Educação Boca do Acre. Exercício de 2021.

*Regularidade com Ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonancia** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Alcimar Carvalho de Souza**, responsável pelo Fundo Municipal de Educação Boca do Acre, no curso do exercício 2021, nos termos do art. 22, II da Lei Estadual n.º 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Alcimar Carvalho de Souza**, no valor de 4.000,00, pela permanência dos achados de menor potencial ofensivo já discriminados na Proposta de Voto, nos termos do art. 54, VII da Lei Estadual n. 2423/1996 c/c art. 308, VII, da Resolução n. 04/2002-TCEAM.

Fixa-se o prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da **Multa**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - Faece, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da Sefaz/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo



ACÓRDÃO Nº1635/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar ao Fundo Municipal de Educação Boca do Acre que:

10.3.1. observe com mais rigor os prazos estipulados na Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015, relativamente à Remessa dos Balancetes Mensais;

10.3.2. observe com mais rigor o envio tempestivo de informações ao Sistema E-contas relativas aos processos licitatórios ou dispensa realizados, sob pena de aplicação de multa no caso de reincidência;

10.4. Dar ciência ao **Sr. Alcimar Carvalho de Souza** sobre o deslinde do feito.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1 de Agosto de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luís Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1635/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO